




Considerações sobre a proposta de alfabetização da Base Nacional Comum Curricular


Considerations on the literacy proposal of the National Common Curriculum Base

Consideraciones en torno a la propuesta de alfabetización de la Base Curricular Común Nacional


Érica Raiane de Santana Galvão¹


 <https://orcid.org/0000-0003-4507-0283>

Leila Nascimento da Silva²

 <https://orcid.org/0000-0003-3953-6673>

Jânio Nunes dos Santos³

 <https://orcid.org/0000-0003-2385-1986>

 <https://doi.org/10.33871/22386084.2025.15.10018>

Resumo: O presente artigo analisa a proposta de alfabetização da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018) em relação à concepção ampla de alfabetização, que considera o processo de apropriação da linguagem por meio da inserção do estudante na cultura escrita. Metodologicamente, esta é uma pesquisa documental (Pádua, 1997). Como aporte metodológico de análise, adotou-se a análise de conteúdo (Bardin, 2011). Teoricamente, ancora-se em autores que tratam sobre alguns dos avanços das pesquisas na área de alfabetização (Morais, 2012; Soares, 2003; 2018). Os resultados apontam que a BNCC apresenta diversas contradições. Além disso, estudos importantes da área de alfabetização não foram considerados no documento, tendo em vista que foram mencionados de maneira superficial, como a Consciência Fonológica, ou mesmo não são sequer citados, como é o caso da Teoria da Psicogênese.

Palavras-chave: BNCC; Alfabetização; Retrocessos; Concepções.

Abstract: This article analyzes the literacy proposal of the National Common Curricular Base (BNCC) (Brazil, 2018) in relation to the broad conception of literacy, which considers the process of language appropriation through the student's insertion into written culture. Methodologically, this is documentary research (Pádua, 1997). Content analysis was adopted as the methodological framework for analysis (Bardin, 2011). Theoretically, it is anchored in authors who address some of the advances in literacy research (Morais, 2012; Soares, 2003; 2018). The results indicate that the BNCC presents several contradictions. Furthermore, important studies in the field of literacy were not considered in the document, as they were mentioned

¹ Doutoranda em Ensino pela Universidade Federal de Alagoas. Maceió, AL, Brasil. Centro de Educação, Avenida Lourival Melo Mota, Tabuleiro dos Martins, s/n, CEP: 57072-970. E-mail: erica.galvao@cedu.ufal.br.

² Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Agreste Pernambucano. Garanhuns, PE, Brasil. Avenida Bom Pastor, Boa Vista, s/n, CEP: 55292-278. E-mail: leilansufrpe@gmail.com.

³ Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Alagoas Maceió, AL, Brasil. Faculdade de Letras, Avenida Lourival Melo Mota, Tabuleiro dos Martins, s/n, CEP: 57072-970. E-mail: janio.santos@fale.ufal.br.



superficially, such as Phonological Awareness, or even not cited at all, as is the case with the Theory of Psychogenesis.

Keywords: BNCC; Literacy; Setbacks; Conceptions.

Resúmen: Este artículo analiza la propuesta de alfabetización de la Base Curricular Nacional Común de Brasil – BNCC (Brasil, 2018) en relación con la concepción amplia de alfabetización, que considera el proceso de apropiación del lenguaje a través de la inserción del estudiante en la cultura escrita. Metodológicamente, se trata de una investigación documental (Pádua, 1997). Como enfoque metodológico de análisis, se adoptó el análisis de contenido (Bardin, 2011). Teóricamente, se ancla en autores que abordan algunos de los avances en la investigación de la alfabetización (Morais, 2012; Soares, 2003; 2018). Los resultados indican que la BNCC presenta varias contradicciones. Además, importantes estudios en el área de alfabetización no fueron considerados en el documento, dado que fueron mencionados superficialmente, como la Conciencia Fonológica, o ni siquiera son citados, como es el caso de la Teoría de la Psicogénesis.

Palabras clave: BNCC; Alfabetización; Retrocesos; Concepciones.

1. Introdução

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018) foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação e homologada no dia 20 de dezembro de 2017. Foi outorgada à União a competência para legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. A terceira versão da BNCC suscitou diversas contestações de especialistas das mais variadas áreas de conhecimento. Entre as críticas principais, está aquela referente à concepção de alfabetização que permeia o documento. Houve retrocessos nas concepções teóricas e discussões já superadas na área retornaram e ganharam força na terceira versão da BNCC, a exemplo do uso das expressões “codificar” e “decodificar”.

Na prática tradicional de alfabetização havia uma aprendizagem do código desvinculado dos usos sociais da leitura e da escrita. Com o aprofundamento dos estudos na área, ficou evidenciado que a escrita alfabética não é um código que se aprende memorizando. O Sistema de Escrita Alfabética (doravante SEA) é um sistema notacional e a apropriação deste conhecimento deve ser promovida através da reflexão e não de repetição, visto que não é um mero processo de codificação e decodificação.

O ensino de Língua Portuguesa passou por muitas mudanças relativas não apenas “ao como ensinar”, mas também “ao que ensinar”. As discussões envoltas na área vão desde os métodos tradicionais que concebiam a língua como código até os estudos que perfazem uma concepção ampla de alfabetização, que considera o processo de apropriação da linguagem pela inserção do estudante na cultura escrita. Estes estudos indicam uma melhor compreensão sobre como ocorre o processo de aprendizagem da alfabetização.

Compreendendo as contribuições advindas dos estudos sobre a psicogênese, letramento e consciência fonológica (Ferreiro; Teberosky, 1999; Soares, 2003, 2018; Moraes, 2012), desenvolveu-se esta investigação objetivando analisar a proposta de alfabetização da BNCC. Problematicou-se: a BNCC mobilizou os avanços teóricos da área de alfabetização em sua proposta?

Este texto organiza-se em quatro seções. Na primeira, aborda-se os estudos e avanços teóricos na área de alfabetização. Na segunda, apresenta-se a metodologia. Na terceira, discute-se se há sintonia na BNCC em relação aos estudos mais recentes da área de alfabetização. Na quarta, analisa-se os retrocessos da BNCC. Por fim, são tecidas as considerações finais.

2. Estudos e avanços teóricos na área de alfabetização

A leitura e a escrita, enquanto objetos de ensino tiveram mudanças importantes na tentativa de reverter a situação dos altos índices de sujeitos não alfabetizados no Brasil. Essas alterações aconteceram (e acontecem) por influência de diferentes aspectos, tais como: o progresso científico-acadêmico na área, mudanças nas práticas sociais; desenvolvimento tecnológico; mudanças pedagógicas (material pedagógico, livros didáticos, entre outros). Como tal, estas alterações podem (e precisam) influenciar a construção do currículo em nosso país.

Em relação ao progresso científico, recebemos contribuições de diferentes estudos que puderam inserir discussões pertinentes para compreendermos melhor como acontece os processos de ensino e aprendizagem na área da alfabetização. Podem-se destacar, nessa direção, os estudos da psicogênese da língua escrita (Ferreiro; Teberosky, 1999); da consciência fonológica (Morais, 2012); e os estudos sobre o letramento (Soares, 2003).

A teoria da psicogênese da língua escrita trouxe a compreensão de que a apropriação da escrita alfabética é fruto de um processo de construção de hipóteses decorrentes da análise da língua escrita por parte do estudante, entendido como um ser que reflete e não apenas memoriza/reproduz um código. Ou seja, a tarefa do alfabetizando é muito mais complexa e conceitual do que antes se pensava (Morais, 2012).

Esta teoria teve grande divulgação no Brasil, sendo um marco importantíssimo para o avançar da compreensão acerca do processo de ensino e aprendizagem do SEA. A referida teoria postula que a apropriação do SEA não ocorre por mera transmissão de informações, nem ocorre da noite para o dia, mas pressupõe um percurso evolutivo, no qual as atividades dos estudantes caminham gradativamente para a “hipótese alfabética”. Estas compreensões influenciaram significativamente a concepção de alfabetização no Brasil, depreendendo-se que a escrita alfabética é um sistema notacional, cujo aprendizado é desenvolvido por meio da apropriação processual das propriedades do SEA (Morais, 2012).

Diferentes estudiosos reconhecem que a divulgação da teoria da psicogênese provocou uma verdadeira revolução no debate sobre alfabetização. Com esta teoria, aprendemos que os métodos tradicionais tinham uma visão errônea sobre a atividade do estudante. Entendemos que não é preciso controlar as palavras que a criança terá contato, porque isso em nada assegura em seu avanço. A teoria também contribuiu para que aprendêssemos que o processo de letramento começa fora da escola, antes mesmo do ano de alfabetização, e que deve ser bem conduzido, desde a

Educação Infantil. E, ao assumir tal tarefa, a escola contribuirá para reduzir desigualdades sociais (Morais, 2012).

Além da teoria da psicogênese, os estudos sobre consciência fonológica auxiliam os professores alfabetizadores para melhor compreender como intervir para garantir o avanço das aprendizagens dos estudantes em relação à aprendizagem da leitura e da escrita (Morais, 2012).

Existe um relativo consenso que a consciência fonológica é um grande conjunto ou uma grande constelação de habilidades de refletir sobre os segmentos sonoros das palavras. Desde muito cedo, as crianças podem brincar e trabalhar mentalmente sobre as palavras, observando seus segmentos sonoros (Morais, 2012). Em uma concepção ampla de alfabetização, entendemos que é necessário ensinar os princípios do sistema de escrita, assim como não podemos deixar de ensinar, através de atividades reflexivas, as habilidades de consciência fonológica.

Por fim, nos estudos da área de alfabetização, emerge a discussão de que a apropriação do SEA precisa estar vinculada às práticas reais de leitura e produção de texto, a fim de que o estudante possa viver uma aprendizagem significativa não só da notação alfabética, mas também da linguagem que usa ao ler e escrever. Ou seja, ganha espaço os estudos sobre letramento.

Há pouco mais de três décadas, surgiu o conceito do letramento na linguagem da educação e ciências linguísticas. Tal conceito emerge em decorrência da necessidade de configurar e nomear comportamentos e práticas sociais na área da leitura e da escrita que ultrapassem o domínio do sistema alfabético e ortográfico, nível de aprendizagem da língua escrita perseguido, tradicionalmente, pelo processo de alfabetização (Soares, 2003). “Nesse contexto, foi percebida a necessidade de ampliar o que estava sendo ensinado na escola, de modo a envolver as relações e interações sociais dos estudantes” (Galvão; Santos, 2023, p. 3).

O letramento é o resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais da leitura e escrita; estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter se apropriado da escrita e de suas práticas sociais. O ideal seria ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o estudante se torne, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado (Soares, 2003). Considerando a contemporaneidade, a cultura das telas e o avanço acadêmico-científico, observa-se que os estudantes precisam vivenciar uma preparação durante a escolaridade para fazerem uso das práticas de leitura e escrita em seus contextos sociais (Galvão; Santos, 2023).

Kleiman (1995) destaca que o letramento se configura como uma das vertentes de pesquisa que melhor concretiza a união do interesse teórico, a busca de descrições e explicações sobre um fenômeno, com interesse social, formando perguntas cuja resposta promova uma transformação de uma realidade tão preocupante como é a crescente marginalização de grupos que não conhecem a escrita. O fenômeno do letramento extrapola o mundo da escrita tal qual ele é concebido pelas instituições que se encarregam de introduzir formalmente os sujeitos no mundo da escrita.

O letramento ganha força não só para explicitar o significado do ensino da língua, como também oportuniza a proposição de mecanismos práticos de superação dos problemas

pedagógicos, objetivando superar a concepção de aprendizagem da escrita como mera aquisição do sistema, valorizando assim, a natureza social da língua (Colello, 2021). A complexidade da sociedade moderna exige conceitos também complexos para que se compreenda seus aspectos relevantes. O conceito de letramento surge como uma forma de explicar o impacto da escrita em todas as esferas das atividades e não somente escolares (Kleiman, 2005).

Em vista dos estudos e avanços teórico-metodológicos da área de alfabetização, reforça-se a importância de que tais conceitos estejam presentes nos documentos oficiais que orientam à construção dos currículos, a exemplo da BNCC, assim como nas políticas públicas de alfabetização.

3. Metodologia

Para atender a investigação proposta, foi realizada uma pesquisa documental, uma vez que nos debruçamos a estudar a área de Língua Portuguesa (anos iniciais) da BNCC, no que tange a apropriação do SEA. A pesquisa documental é realizada a partir de documentos contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente (Pádua, 1997).

Como aporte metodológico, adotamos a análise de conteúdo, intencionando, a partir de Bardin (2011), expandir a compreensão e interpretação, elaborando inferências a partir dos dados coletados. Essa técnica possibilita a apresentação de categorias definidas, a priori, e as categorias emergentes, a posteriori, do *corpus* coletado. A análise de conteúdo constitui-se em três fases: a) pré-análise, b) exploração do material e c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Em relação a essa categorização, escolhemos o chamado Modelo Aberto de categorização, descrito por Laville e Dionne (1999), no qual as categorias não são construídas previamente, mas ao longo dos progressos de análise.

Realizamos, em um primeiro momento, a leitura da BNCC na área supracitada. Posteriormente, selecionamos as partes/seções que têm relação com a problemática da pesquisa e foram feitas às inferências/interpretações. A partir do processo de análise e ancorando-se, teoricamente, nos autores que discutem uma concepção ampla de alfabetização, emergiram as categorias: 1. Base Nacional Comum Curricular: sintonia com alguns estudos mais atuais de alfabetização? 2. Recuos da BNCC em relação aos estudos/pesquisas que perfazem uma concepção de alfabetização. Estas categorias são discutidas nas próximas seções.

4. Base Nacional Comum Curricular: sintonia com alguns estudos mais atuais de alfabetização?

A BNCC afirma que nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação docente deve objetivar a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os estudantes se apropriem do SEA de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de

escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos (Brasil, 2018). Considera-se um avanço que se mencione a apropriação do SEA e o letramento na BNCC. No entanto, falta um maior aprofundamento no que tange aos estudos sobre letramento e as orientações para o trabalho que possibilite sua ampliação por intermédio da escola.

Constata-se, também, no documento aspectos da teoria construtivista, pois no transcorrer do mesmo há diversas menções a construção do conhecimento. Vejamos a seguir algumas das referências que a BNCC faz ao construtivismo:

Quadro 1 - Referências ao Construtivismo na BNCC aplicáveis ao processo de alfabetização

Trechos que se referem ao construtivismo na BNCC
<ul style="list-style-type: none">- Independentemente da duração da jornada escolar, o conceito de educação integral com o qual a BNCC está comprometida se refere à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos alunos e, também, com os desafios da sociedade contemporânea, de modo a formar pessoas autônomas, capazes de se servir dessas aprendizagens em suas vidas (p. 17).- Nesse contexto, e ancorada nos mencionados princípios éticos, políticos e estéticos preconizados nas DCN, a BNCC adota dez competências gerais, que se inter-relacionam e perpassam todos os componentes curriculares ao longo da Educação Básica, sobrepondo-se e interligando-se na construção de conhecimentos e habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB (p. 18).- A construção de novos conhecimentos implica, por parte do educador, selecionar, organizar, refletir, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações (p. 35).- A BNCC do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, ao valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos (p. 53-54).- Como destacam as DCN, a maior desenvoltura e a maior autonomia nos movimentos e deslocamentos ampliam suas interações com o espaço; a relação com múltiplas linguagens, incluindo os usos sociais da escrita e da matemática, permite a participação no mundo letrado e a construção de novas aprendizagens, na escola e para além dela; a afirmação de sua identidade em relação ao coletivo no qual se inserem resulta em formas mais ativas de se relacionarem com esse coletivo e com as normas que regem as relações entre as pessoas dentro e fora da escola, pelo reconhecimento de suas potencialidades e pelo acolhimento e valorização das diferenças (p. 54).

Fonte: Adaptado da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017- grifos nossos).

Através dos trechos acima, é possível perceber que o texto da BNCC dialoga com a abordagem construtivista em alguns aspectos, ainda que não aborde objetivamente tal teoria. O documento preconiza processos de ensino e aprendizagem que visam à construção do conhecimento sintonizado com o contexto dos estudantes e o uso desse conhecimento para além da escola. Contudo, há diversos elementos contraditórios que trazem questionamentos sobre a verdadeira face da BNCC. Entende-se que é um avanço o texto da BNCC ter um caráter construtivista, mas seria necessário que isso estivesse mais evidenciado nos quadros de objetos e habilidades, como discutiremos no transcorrer do texto.

Na área de Língua Portuguesa, o construtivismo nos faz perceber o quanto os estudantes devem ser valorizados como falantes da língua. Além disso, é fundamental que seja considerada a historicidade deles, o contexto em que vivem e os conhecimentos prévios. Ferreiro e Teberosky

(1999, p. 26) afirmam que sendo a escrita uma maneira particular de transcrever a linguagem, tudo muda se supomos que o sujeito que vai abordar a escrita já possui conhecimentos sobre sua língua materna, ou se supomos que não possui. Quando refletimos sobre essas concepções, o ensino se torna muito mais significativo.

Na BNCC encontram-se os termos “multiletramentos” (p. 54), “multimodais” (p. 64) e semioses (p. 67), que são termos próprios do sócio interacionismo. Todavia, seria necessário maior aprofundamento desses termos para melhor entendimento dos leitores. É importante algumas definições especificadas de termos para um melhor aproveitamento do que o documento está orientando para a prática docente.

Nota-se certa presença dos estudos da consciência fonológica na BNCC. A BNCC pondera sobre algumas das habilidades da consciência fonológica como, por exemplo, ao abordar a unidade silábica e as rimas e aliterações nas palavras nas páginas 99 a 101. Contudo, essas e outras habilidades mereciam mais espaço no documento. Moraes (2020) pontua que no âmbito do ensino da notação alfabética, a BNCC possui problemas teóricos com implicações negativas para uma boa didatização no campo da alfabetização. O tratamento dado a consciência fonológica no documento é frágil, escasso e problemático.

5. Recuos da BNCC em relação aos estudos/pesquisas que perfazem uma concepção de alfabetização

O principal recuo que constatamos na BNCC é a concepção de alfabetização assumida pelo documento. Fica explícito uma concepção da língua como código. O documento dispõe que:

Embora, desde que nasce e na Educação Infantil, a criança esteja cercada e participe de diferentes práticas letradas, é nos anos iniciais (1º e 2º anos) do Ensino Fundamental que se espera que ela se alfabetize. Isso significa que a alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica. **Nesse processo, é preciso que os estudantes conheçam o alfabeto e a mecânica da escrita/leitura – processos que visam a que alguém (se) torne alfabetizado, ou seja, consiga “codificar e decodificar”** os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras), o que envolve o desenvolvimento de uma consciência fonológica (dos fonemas do português do Brasil e de sua organização em segmentos sonoros maiores como sílabas e palavras) e o conhecimento do alfabeto do português do Brasil em seus vários formatos (letras imprensa e cursiva, maiúsculas e minúsculas), além do estabelecimento de relações grafofônicas entre esses dois sistemas de materialização da língua (Brasil, 2018, p. 89-90, *grifo nosso*).

Nas entrelinhas da palavra “mecânica” fica explícita uma concepção de língua que envolve muito mais a memorização e treinamento do que a reflexão. Além disso, o trecho citado demonstra que na perspectiva do documento, alguém alfabetizado, é alguém que sabe codificar e decodificar. Há uma perspectiva tradicional implícita no texto da BNCC. Esse é um dos trechos que marca a tradição pedagógica subjacente no documento. Como dito, anteriormente, a apropriação do SEA

não é uma aprendizagem mecânica, mas é um processo de construção de um conjunto de propriedades que os estudantes têm que refletir sobre o processo de alfabetização.

A BNCC assume diversas colocações que sinalizam uma perspectiva tradicional quando, por exemplo, faz uso de termos como: cópia, reprodução, decodificação, codificação, mecânica da escrita/leitura, além de outras expressões. Apesar de o discurso da BNCC defender uma perspectiva enunciativo-discursiva, observa-se que nas questões de ordem prática, há diversas contradições que sinalizam qual é realmente a concepção de alfabetização defendida no documento (Galvão; Silva, 2021).

Parece haver uma contradição entre os trechos da BNCC, visto que ela também menciona à construção do conhecimento pelos estudantes e o letramento. A seguir, pode-se observar o quadro com os trechos da BNCC que mencionam o letramento para melhor analisar a concepção subjacente referente a esse termo. Ressalta-se que foram elencadas as menções de letramento que se relacionam ao processo de alfabetização. Também encontramos o letramento matemático, letramento digital, entre outros, mas focou-se no uso e função social da língua materna.

Quadro 2 - Menções ao Letramento na BNCC relacionadas ao ciclo de alfabetização

Trechos que se referem ao letramento na BNCC
<ul style="list-style-type: none">- Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos (p. 59).- Ao componente Língua Portuguesa cabe, então, proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens (p. 67-68).- [...] no eixo Leitura/Escuta, amplia-se o letramento, por meio da progressiva incorporação de estratégias de leitura em textos de nível de complexidade crescente, assim como no eixo Produção de Textos, pela progressiva incorporação de estratégias de produção de textos de diferentes gêneros textuais (p. 89).- Preserva-se, nesses eventos de letramento, mesmo em situação escolar, sua inserção na vida, como práticas situadas em eventos motivados, embora se preserve também a análise de aspectos desses enunciados orais e escritos que viabilizam a consciência e o aperfeiçoamento de práticas situadas (p. 89).

Fonte: Adaptado da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018 – *grifos nossos*).

O letramento, embora presente na BNCC, é pouco aprofundado. O termo letramento não é conceituado e nem são colocadas estratégias que o professor pode utilizar em sala para o ensino na perspectiva do alfabetizar letrando. No trecho da BNCC que fala sobre “O processo de alfabetização” não é mencionado o letramento. É contraditório que se mencione em outros trechos do documento, mas no que trata sobre o processo de alfabetização, o letramento não seja mencionado. Depreende-se que esta falta de aprofundamento seja um recuo encontrado na BNCC.

Há muitas discussões que permeiam os estudos da área de alfabetização que não foram contempladas na BNCC, ocasionando, assim, diversas lacunas. Nas últimas décadas muito se avançou nos estudos sobre letramento, sobretudo com os estudos de Soares (2003; 2018). A BNCC desconsiderou estes estudos, mencionando o letramento apenas de modo superficial. Zen (2018)

destaca que o texto do documento descola a reflexão do SEA das práticas sociais de leitura e escrita, reduzindo a alfabetização à capacidade de identificar a estrutura sonora das palavras para compreender a mecânica da escrita alfabética.

Soares (2018) sublinha que

[...] em sua dimensão pedagógica, isto é, em sua prática em contextos de ensino, a aprendizagem inicial da língua escrita, embora entendida e tratada como fenômeno multifacetado, deve ser reconhecida em sua inteireza, como um todo, porque essa é a natureza **real** dos atos de ler e escrever, em que a complexa interação entre as práticas sociais da língua escrita e aquele que lê ou escreve pressupõe o exercício simultâneo de muitas e diferenciadas competências. É o que se tem denominado de **alfabetizar letrando** (Soares, 2018, p. 35, *grifo do autor*).

Morais (2003) enfatiza que, se quisermos alfabetizar na perspectiva do letramento, deveremos proporcionar, sistematicamente, a apropriação da notação da escrita e do seu uso social real pelos estudantes, a fim de garantir que eles se tornem autonomamente letrados, exercitando a capacidade de ler e escrever textos com as características e finalidades que as pessoas letradas utilizam na sociedade.

Nos eixos leitura e escrita da BNCC (1º e 2º ano), é pouco explorada a articulação entre alfabetização e letramento. O fato de os gêneros estarem presentes nos quadros do documento é um indicativo dessa associação, no entanto, deveria ter sido muito mais explicitada para alcançar os objetivos que se espera para os/dos estudantes. A seguir trazemos um exemplo do que a BNCC preconiza no eixo leitura que demonstra um pouco dessa associação:

Exemplo 1 - Habilidade da BNCC que evidencia a identificação da função social dos textos (EF15LP01)

(EF15LP01) Identificar a função social de textos que circulam em campos da vida social dos quais participa cotidianamente (a casa, a rua, a comunidade, a escola) e nas mídias impressa, de massa e digital, reconhecendo para que foram produzidos, onde circulam, quem os produziu e a quem se destinam.

Fonte: Adaptado da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018, p. 95).

Esse é o único trecho dos quadros dos eixos leitura e escrita (1º ao 5º ano) que expressa claramente sobre identificar a função social dos textos. Esse termo só é mencionado novamente em duas das habilidades que se referem ao terceiro ano (p. 117). Verificamos que nos quadros referentes ao 1º e 2º ano há um foco maior na aprendizagem da relação letra x som. Nos quadros referentes ao 3º ano começamos a ver uma menção à produção de textos e o início de certa aproximação de aspectos referentes ao letramento. Por que apenas começar no terceiro ano a envolver habilidades ligadas ao letramento? É fundamental que desde o 1º ano o letramento seja envolvido/articulado no processo de alfabetização. Para a BNCC, começar no 3º ano pode significar que os estudantes já estariam alfabetizados e que seria, agora, o momento de letrar. Assim, fica evidente que os quadros da BNCC do 1º e 2º ano (e ainda no 3º ano) trazem pouco aprofundamento

sobre o sentido da leitura e escrita, o foco maior é na alfabetização, em sua faceta linguística apenas.

Sem discutir o que é letramento e qual o papel da escola em promover práticas de leitura e escrita de textos como meio de democratizar o acesso ao mundo da escrita e a imersão no universo de práticas letradas valorizadas em nossa sociedade, a BNCC propõe um ensino extremamente frágil quando o tema é leitura e compreensão de textos escritos no ciclo de alfabetização (Moraes, 2020).

Pereira (2018, p. 49) afirma que a BNCC

não aborda criticamente como trabalhar inúmeros conceitos que estão presentes nela. Talvez não seja o objetivo dela fazer isso, mas alguns apontamentos são importantes de serem tecidos. Um aspecto importante a ser destacado é que as políticas públicas para a carreira docente deveriam propiciar uma formação inicial e continuada com o desenvolvimento de procedimentos didáticos para que o professor saiba como realizar o que “dita” a Base. O professor por si só poderá não compreender como inserir, em seu trabalho, os conteúdos propostos na mesma.

Egon de Oliveira Rangel, Professor do Departamento de Linguística da PUC-SP, fez um Parecer sobre a área de linguagens da terceira versão da BNCC que foi publicado pelo MEC juntamente com outros relatórios analíticos de contribuições e pareceres de leitores críticos. É possível verificar que diversos problemas elencados pelo pesquisador, permaneceram evidentes na versão final do documento. O pesquisador argumenta, que como documento orientador dos currículos das redes estaduais, municipais e federal, a BNCC oferece apoio insuficiente, sendo, em alguns aspectos, questionável e confusa. É possível notar um foco excessivo na aprendizagem e poucas indicações consistentes de parâmetros relativos à organização geral do ensino, ao tratamento didático adequado ao desenvolvimento das habilidades prescritas e à consecução dos objetivos visados. Os problemas de inconsistência de conceitos e noções chaves, além de outros, são responsáveis pelas muitas passagens confusas e pelos questionamentos que se impõem.

Destaca-se ainda um outro recuo encontrado na BNCC que se refere a ausência de qualquer colocação a respeito da psicogênese da língua escrita. O documento deixa de mencionar os estudos da psicogênese que tanto contribuíram para a compreensão dos professores alfabetizadores sobre os processos que envolvem a apropriação do SEA.

Segundo Zen (2018, p. 220-221),

um dos argumentos que justifica a concepção de alfabetização assumida pela BNCC está ancorado na ideia de que o construtivismo, baseado na teoria psicogenética de construção da leitura e escrita, seria o principal responsável pelos baixos índices de alfabetização nas últimas décadas, no cenário brasileiro. Por este motivo, o texto da BNCC não faz qualquer referência à teoria psicogenética. As palavras hipótese, nível e/ou conceitualização, geralmente utilizadas para descrever o processo de apropriação da escrita, não são citadas ao longo da sessão que trata do ensino da Língua Portuguesa, reafirmando dessa forma uma concepção que reduz o processo de alfabetização à transcodificação linguística. Desta forma, a BNCC não desconsidera apenas as contribuições da Psicogênese da Língua

Escrita, de autoria de Emília Ferreiro e Ana Teberosky, publicado no Brasil pela primeira vez em 1985. A BNCC desconsidera também o fato de que a teoria psicogenética deixou de ser uma discussão do campo das ideias e passou a ser o modo pelo qual os professores alfabetizadores desse país compreendem o que pensam seus alunos sobre a escrita. Desconsiderar a teoria psicogenética num documento curricular que pretende fundamentar as propostas pedagógicas de todo o país não é negar apenas o que os alunos pensam sobre a escrita, mas é negar principalmente o que sabem os professores.

Numa mudança de paradigma, a teoria psicogenética reviu as concepções sobre as quais se apoiava a didática da alfabetização, questionando radicalmente as práticas de ensino da leitura e escrita. Várias foram as implicações pedagógicas oriundas dessa teoria. Pudemos, por exemplo, compreender que a escrita não é um código e que não é da noite para o dia, recebendo informações prontas, transmitidas pelo adulto, que, de forma mágica ou instantânea, as crianças passam a usar as letras que não memorizaram (Galvão; Leal, 2005; Morais, 2012).

Morais (2012) esclarece que algumas compreensões errôneas prejudicaram as contribuições desta teoria para o fazer pedagógico do professor alfabetizador. Uma destas incompreensões fez muitos professores pensarem que em vez de uma teoria psicológica (ou psicolinguística), a psicogênese fosse uma metodologia de ensino e em nenhum momento Ferreiro e Teberosky (1999) se propõem a isso. Também foi se construindo uma crença de que os estudantes, cada um no seu ritmo, descobririam sozinhos como a escrita funciona e, logo, o papel do professor ficaria minimizado a apenas ser o observador desse processo “natural”.

É um equívoco atribuir a psicogênese “a culpa” pelo baixo índice de aprendizagem na alfabetização. Deixar de mencionar esta teoria não ajudará a melhorar estes índices, é exatamente o contrário. No quadro geral, na BNCC a psicogênese não é considerada, o letramento é pouco aprofundado, e a consciência fonológica apesar de ser mencionada na parte teórica, está colocada de modo confuso. Estes são alguns dos retrocessos da BNCC em relação aos estudos que perfazem uma concepção ampla de alfabetização.

É fundamental que os professores alfabetizadores compreendam os processos de ensino e aprendizagem da língua escrita na perspectiva do alfabetizar letrando e não apenas de uma mera decodificação e codificação como preconiza a BNCC, que não tem um real sentido para os estudantes. É preciso que os professores tenham objetivos claros para o ensino visando uma articulação entre a apropriação do SEA e o uso e função social da língua (Galvão; Silva, 2021), oportunizando assim uma aprendizagem significativa.

5. Considerações finais

No transcorrer deste texto apontou-se os retrocessos encontrados na BNCC que demonstram o pouco aprofundamento dela e o que não está em sintonia com os estudos da área de alfabetização. Destaca-se que a concepção de alfabetização presente na BNCC é uma

concepção de língua como código e prioriza um estudo técnico da língua. Os objetos de conhecimento e objetivos de ensino subjacentes no documento indicam uma ideia de alfabetização, na qual se deve ensinar os estudantes a decodificarem e codificarem a língua e só depois envolvê-los em práticas de leitura e escrita.

Há uma ausência de orientações específicas que provocam lacunas na BNCC. Os estudos sobre a psicogênese e as contribuições advindas dessa teoria não foram mencionados. Seria necessário um aprofundamento nos aspectos referentes a consciência fonológica. Não há uma articulação entre alfabetização e letramento. Apesar dos trechos que tratam sobre letramento, subjaz a compreensão de que primeiro é preciso alfabetizar e só depois letrar. Na perspectiva do alfabetizar letrando, as reflexões sobre os aspectos linguísticos da língua devem acontecer de forma concomitante às vivências de práticas de leitura e escrita, e de forma contextualizada.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 288p.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** (versão final). Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 07 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer BNCC n. 3**. Dispõe Sobre o Documento de Língua Portuguesa – Área de Linguagens.

COLELLO, Silvia. **Alfabetização: o quê, por quê e como**. São Paulo: Summus, 2021, 216p.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999, 300p.

GALVÃO, Andréa.; LEAL, Telma Ferraz. Há lugar ainda para métodos de alfabetização? Conversa com professores(as). In: MORAIS, A.; ALBUQUERQUE, E.; LEAL, T. F. (orgs.). **Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 11-28.

GALVÃO, Érica Raiane de Santana; SILVA, Leila Nascimento da. Uma análise da concepção de alfabetização latente na BNCC. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 14, n. 2, p.1-14, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-1579.2021v14n2.50812>. Acesso em 17 dez. 2025.

GALVÃO, Érica Raiane de Santana; SANTOS, Jânio Nunes dos. As contribuições dos estudos sobre letramento para o ensino e a aprendizagem sociais da leitura e da escrita. **Interletras**, Dourados, v. 11, fev./ago., p. 1-17, 2024. Disponível em: <https://www.unigran.br/revistas/interletras/trabalho/77>. Acesso em: 14 jul. 2024.

KLEIMAN, Angela. (org). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 1995, 296p.

KLEIMAN, Angela. **Preciso “ensinar” o letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever?** Cefiel/IEL/Unicamp, 2005.

LAVILLE, Christian; DIONE, Jean. **Construção do saber: manual de metodologia da pesquisa**. Trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. – Porto Alegre: Artes Médicas, 1999, 344p.

MORAIS, Artur Gomes de. **Alfabetização numa perspectiva para o letramento**: conciliando a escrita alfabética com o trabalho com o texto. Comunicação apresentada no curso desafios da alfabetização, do programa da Formação Continuada dos Educadores da rede municipal de ensino – Recife, 2003, p. 1-6.

MORAIS, Artur Gomes de. **Sistema de escrita alfabética**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2012, 192p.

MORAIS, Artur Gomes de. Alfabetização e letramento na BNCC: problemas conceituais, lacunas e inadequações no que é prescrito para os dois anos iniciais do ensino fundamental. **Debates em Educação**, Maceió, v. 12, n. Especial, p. 1-16, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.28998/2175-6600.2020v12nEsp01-16>. Acesso em: 15 dez. 2025.

PÁDUA, Elisabete Matallo. O processo de pesquisa. PÁDUA, E. M. M. de (org.). *In: Metodologia da pesquisa*: abordagem teórico-prática. Campinas, SP: Papirus, 1997, p. 29-89.

PEREIRA, Josiane Alves. Reflexões sobre a abordagem da língua materna na Base Nacional Comum Curricular. *In: RIBEIRO, Kelli da Rosa.; NASCIMENTO, Silvana Schwab (orgs.). Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Língua Portuguesa (e)m debate*. Rio Grande: Editora da Furg, 2018, p. 42-52.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *In: 26ª Reunião Nacional da ANPED*, 2003, Caxambu. **Anais da 26ª Reunião Nacional da ANPED**, Caxambu: 2003, p. 1 – 18.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**: caminhos e descaminhos. Acervo Digital Unesp, 2004, p. 96-100.

SOARES, Magda. **Alfabetização**: a questão dos métodos. 1. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018, 384p.

ZEN, Giovana Cristina. Reflexões sobre a concepção de alfabetização proposta pela BNCC. **Rev. Bras. de Educ. de Jov. e Adultos**, Salvador, v. 6, p. 212-222, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadultos/article/view/5705>. Acesso em: 10 jul. 2024.

Contribuições dos Autores (CRediT)

Érica Raiane de Santana Galvão: Conceitualização; Metodologia; Curadoria de dados; Análise Formal; Redação – rascunho original. Escrita – revisão e edição.

Leila Nascimento da Silva: Conceitualização; Análise Formal; Redação – rascunho original.

Jânio Nunes dos Santos: Conceitualização; Análise Formal; Escrita – revisão e edição.

Conflitos de Interesses:

Os autores declaram não haver quaisquer relações pessoais, profissionais, financeiras ou acadêmicas que possam ser interpretadas como influência nos métodos, resultados ou discussões apresentadas neste manuscrito.

Como citar este artigo (ABNT):

GALVÃO, Érica Raiane de Santana; SILVA, Leila Nascimento da; SANTOS, Jânio Nunes dos. Considerações sobre a proposta de alfabetização da Base Nacional Comum Curricular. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 15, e152504, p.1-13, jan./dez. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.33871/22386084.2025.15.10018>.

Editor Responsável:

Deivid Alex dos Santos